

RESOLUÇÃO DE EDUCAÇÃO DO 72º CONSELHO NACIONAL DE ENTIDADES GERAIS

COM A CARA DO POVO: BRASIL E O PROJETO DE EDUCAÇÃO QUE NOS UNE!

Mesmo com os avanços na inserção do povo brasileiro no ensino superior, ainda há um longo caminho a percorrer para a garantia de uma educação pública, gratuita e de qualidade. O projeto neoliberal, o avanço da extrema direita e o aprofundamento da crise econômica intensificaram o desmonte das políticas públicas, com a educação como alvo principal de cortes orçamentários e o estrangulamento de gastos. Diante desse cenário, a União Nacional dos Estudantes reafirma seu compromisso com a luta por acesso, permanência e por um Brasil soberano.

O projeto de Brasil que queremos exige investimento real em educação e compromisso concreto com a permanência no ensino superior. Ser estudante no Brasil é travar lutas diárias: enfrentar a burocracia para acessar bolsas do ProUni, conviver com atrasos nos resultados do acesso às políticas como o FIES, conciliar os horários das universidades públicas com jornadas de trabalho exaustivas, arcar com passagens que encarecem anualmente, escolher entre um estágio precarizado e a conclusão do curso, decidir entre comprar um lanche ou economizar para o transporte, e a falta de acolhimento das mães nos espaços universitários. Alguns dos dilemas cotidianos que explicam os números crescentes de evasão estudantil.

Do marco das 10 milhões de matrículas, o ensino superior privado expande sua participação ano após ano, especialmente na modalidade a distância, e já concentra 79,8% do total das matrículas no país. Esse dado não é apenas estatístico: é o retrato de um sistema que transfere para o mercado a responsabilidade que deveria ser do Estado. Por isso, a União Nacional dos Estudantes reafirma seu compromisso histórico com a defesa do ensino superior público, gratuito e de qualidade, e com a formulação de políticas educacionais que garantam a permanência estudantil nas universidades brasileiras.

A construção de uma universidade verdadeiramente democrática também passa pelo fortalecimento das políticas de saúde mental, acessibilidade e mobilidade estudantil. Com o aumento dos índices de adoecimento psíquico entre estudantes, agravado pelas dificuldades econômicas, pela sobrecarga acadêmica e pelas múltiplas formas de discriminação, se faz

necessário termos respostas institucionais permanentes. Defendemos a ampliação das equipes multiprofissionais de atendimento nas instituições de ensino superior, o fortalecimento das políticas de prevenção e acolhimento, bem como a garantia de acessibilidade plena para estudantes com deficiência. Para o próximo período, a luta pelo Passe Livre Estudantil deve ser prioridade na agenda do movimento estudantil brasileiro, compreendendo o transporte como condição indispensável para o acesso e a permanência dos estudantes brasileiros. Não há permanência estudantil efetiva quando milhares de estudantes precisam escolher entre se deslocar para a universidade ou arcar com outras despesas básicas e sem condições que assegurem o bem-estar, a inclusão e a participação plena de todos os estudantes na vida universitária.

A educação não deve contribuir para o aprofundamento das desigualdades sociais, muito menos deve ser mercantilizada e sufocada por uma agenda neoliberal. É utilizando a educação como instrumento capaz de transformar as realidades que construiremos um Brasil soberano. Por isso, acreditamos que a universidade deve estar à serviço das demandas do povo brasileiro, produzindo conhecimento para a transformação estrutural da sociedade. Nesse contexto, defendemos o papel extensionista para romper os muros da universidade e construir um projeto popular para educação.

Para isso, as universidades brasileiras desempenham um papel central, tendo funcionado desde o início do processo de democratização do ensino superior como uma verdadeira plataforma de emancipação social para jovens que, por meio do sonho do diploma, puderam transformar a sua realidade. Além disso, se faz necessário garantir não somente o desenvolvimento do pensamento crítico, como também as condições necessárias para que todos os estudantes possam ocupar o mundo com dignidade, o que passa diretamente pelo combate a todo e qualquer tipo de opressão, discriminação e preconceito dentro dos espaços acadêmicos. Por isso, a UNE junto aos movimentos sociais e as entidades gerais lutam para que os estudantes não somente entrem, mas permaneçam com dignidade e conquistem o diploma para mudar a realidade do povo brasileiro.

Construímos os calendários de lutas e as jornadas para garantir que a educação brasileira seja referência do desenvolvimento social, tecnológico, científico e econômico. Nos calendários de lutas de agosto de 2025, em virtude do aniversário de 88 anos dessa entidade, colocamos os estudantes no combate aos reajustes do transporte público pelas cidades, com manifestações contra o chamado tarifaço e a defesa do passe livre e da tarifa zero. Exigimos

um orçamento constitucional fixo para as universidades federais, livre de contingenciamentos, impulsionado por propostas de taxação de grandes fortunas e pelo repasse integral dos royalties do petróleo para o setor pedagógico.

Ainda nesse sentido lutamos pela criação de uma Lei Federal de Cotas para pessoas trans e travestis e a ampliação de vestibulares voltados para populações tradicionais. A mobilização avança para a Jornada Universitária em Defesa da Soberania Nacional, em outubro de 2025, que mais uma vez os estudantes promovem intensos debates nos campi contra a privatização de recursos estratégicos, como fontes de água e energia, associando a soberania do país ao fortalecimento da pesquisa científica nacional por meio da Capes e do CNPq.

A universidade que defendemos também precisa assumir um compromisso permanente com o combate às desigualdades históricas produzidas pelo racismo, pela transfobia e pela exclusão social que atravessam a sociedade brasileira. Não basta ampliar números de matrículas sem enfrentar os mecanismos que afastam diariamente milhares de jovens dos espaços acadêmicos. Por isso, no último período, a União Nacional dos Estudantes travou nas principais universidades do país o compromisso de aprovar cotas trans para concretizar o projeto de universidade que defendemos. No entanto, é necessário garantir políticas de permanência específicas, incentivo à produção científica das periferias, valorização dos saberes populares e construção de ambientes universitários seguros, acessíveis e livres de qualquer forma de violência ou discriminação. Fortalecer uma educação conectada com os territórios populares é fortalecer um projeto de país mais justo, soberano e verdadeiramente democrático.

Os estudantes brasileiros estão na linha de frente na luta pela redução da taxa de juros, essa política que hoje tem sangrado o nosso país e impedido ele de se desenvolver. Ano passado, o Brasil passou 1 trilhão de reais em forma de juros do pagamento da dívida pública, mas a União Nacional dos Estudantes não arredou o pé. Esse ano, assim como em 2025, construímos grandes mobilizações por menos juros e mais educação.

A permanência estudantil segue como pauta central e inadiável. Democratizamos o acesso às universidades, mas elas somente serão verdadeiramente democráticas quando a permanência estudantil for suficiente para que todos possam entrar, permanecer e se formar. Em São Paulo, milhares de estudantes foram às ruas para reivindicar alimentação digna e

ampliação da assistência estudantil nas universidades estaduais, que estão entre as instituições que mais produzem ciência no país. Um Brasil rico em recursos naturais não pode naturalizar que seus estudantes precisem passar fome ou viver em condições precárias para conquistar o diploma. Não abriremos mão do Fundo Social do Pré-Sal, criado para que a riqueza do subsolo brasileiro financie políticas sociais para o desenvolvimento do país, e não para enriquecer ainda mais o agronegócio latifundiário e agroexportador já tão beneficiado no orçamento nacional. Por isso, exigimos que esses recursos sejam efetivamente destinados à assistência estudantil, ao fortalecimento do PNAES e à garantia de condições dignas de permanência nas universidades públicas do Brasil que queremos.

O período é marcado por atos de solidariedade internacional à causa palestina, nos quais a UNE exige a quebra de convênios de universidades brasileiras com empresas ligadas ao complexo militar israelense. Por fim, a Jornada de Lutas da Juventude, em março de 2026, unifica o movimento estudantil aos movimentos sindicais e das periferias sob o lema de mais orçamento para a educação e soberania. Essas manifestações carregam reivindicações urgentes de assistência estudantil plena, cobrando a ampliação de verbas do PNAES para garantir restaurantes universitários gratuitos, moradia e auxílio-creche, ao mesmo tempo em que encampam as pautas do mês da mulher no combate ao assédio, culminando na defesa histórica da autonomia universitária para abolir o sistema de lista tríplice, de modo que a votação das comunidades acadêmicas seja soberana na escolha dos reitores.

Ainda que tenhamos avançado, as mantenedoras atuam noite e dia na tentativa de derrubar uma das principais conquistas do ensino superior privado, apostando na ampliação do EaD como estratégia de aprisionar o sonho dos estudantes de mudar a realidade, fragilizando os estágios, precarizando a formação docente com salas lotadas, sem interação pedagógica efetiva, sem convivência acadêmica e virtualizando a formação dos nossos educadores. A resposta para os problemas apresentados não é a imposição de um EaD disfarçado de semipresencial, mas a criação de um órgão fiscalizador e regulador do ensino superior privado: o INSAES. É urgente avançar na regulamentação para subverter a lógica da mercantilização da educação superior privada, garantindo formação de qualidade e libertando os estudantes brasileiros da insegurança permanente diante de mensalidades crescentes e cobranças abusivas.